



## **NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **Ataques Informáticos – Acusação**

No âmbito de um inquérito dirigido pelo Ministério Público, no qual se investigaram vários ataques informáticos a instituições públicas e privadas, foi deduzida acusação contra 23 arguidos.

Os arguidos foram acusados da prática de crimes de associação criminosa, de sabotagem informática, de acesso ilegítimo, de acesso indevido a dados, de dano informático, de instigação pública a um crime e de apologia pública de um crime.

Os factos em causa desenrolaram-se entre os anos de 2012 e 2017 e atingiram servidores da administração pública central e autárquica, de universidades, de escolas, de outras instituições públicas e de empresas. Os arguidos agiram a partir de diversas zonas do país, atingindo alvos dispersos por todo o território nacional.

Ao todo, neste inquérito, foram reunidos outros 25 processos.

No decurso da investigação foram realizadas mais de quatro dezenas de buscas e efetuadas apreensões de variado equipamento informático – cerca de três centenas de computadores e outros suportes de dados digitais (*tablets*, discos externos, etc.). Sobre este material apreendido foram realizadas 36



perícias, por especialistas informáticos da Polícia Judiciária e de instituições universitárias que colaboraram com o Ministério Público. Foi feita a inquirição de mais de meia centena de testemunhas.

O inquérito correu termos no DIAP de Lisboa, tendo como magistrado responsável o coordenador do Gabinete Cibercrime da Procuradoria-Geral da República.

Na investigação, o Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária – Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica.

Lisboa, 24 de setembro de 2018

O Gabinete de Imprensa